

CESP COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.

>>>>

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1. Capital social: É representado exclusivamente por ações de capital que são classificadas no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R\$ 62.158 (R\$ 61.000 em 31 de dezembro de 2020), composto por 62.158 ações ordinárias e sem valor nominal (61.000 ações ordinárias e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2020), no qual cada ação corresponde a um voto nas deliberações sociais. A Companhia possui o capital totalmente integralizado, pela única acionista da Companhia, CESP - Companhia Energética de São Paulo.

14.2. Reserva de lucros:

	2021	2020
Reserva legal (a)	410	249
Retenção de lucros (b)	5.842	3.545
	6.252	3.794

(a) A Reserva legal é constituída através da retenção de 5% do lucro do exercício social, até o limite de 20% do Capital social; (b) O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva. **14.3. Outros resultados abrangentes:** A parte do ganho ou perda resultantes de instrumentos de hedge determinada como eficaz é reconhecida diretamente como outros resultados abrangentes líquido dos impostos, conforme movimentação a seguir (Nota 15.4).

	2021	2020
Saldo inicial do exercício	(23.618)	-
Provisão de Hedge accounting operacional	35.785	(35.785)
(-) IRPJ e CSLL diferidos (Nota 10)	(12.167)	12.167
Saldo final do exercício	-	(23.618)

14.4. Proposta de destinação do resultado: Conforme Estatuto da Companhia, havendo lucro suficiente, é assegurado aos acionistas a distribuição de dividendo anual obrigatório correspondente a 25% do capital social. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Diretoria deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários. Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerado o montante destinado para Reserva Legal. Relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, será proposta a destinação do dividendo anual obrigatório de R\$ 766 ao único acionista da Companhia, CESP - Companhia Energética de São Paulo. Com base na projeção de fluxo de caixa da Companhia e em linha com o objetivo de dar continuidade a estratégia de manter uma estrutura de capital adequada ao seu planejamento estratégico, a Administração propõe destinar o saldo remanescente do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 2.297 à Reserva de Retenção de Lucros, conforme orçamento de capital, cuja aprovação será submetida a acionista, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

14.4.1. Cálculo:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	3.224	4.874
(-) Reserva legal - 5%	(161)	(244)
Lucro ajustado do exercício (Saldo para distribuição de dividendos)	3.063	4.630
(-) Dividendos obrigatórios	(766)	(1.158)
(=) Saldo de lucros acumulados	2.297	3.472
(-) Retenção de lucros*	(2.297)	(3.472)
(=) Saldo	-	-

14.4.2. Lucro por ação:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício (a)	3.224	4.874
Quantidade de ações, em milhares (b)	62.158	51.000
Lucro por ação (a / b)	0.0519	0.0956

A Companhia não tem instrumentos patrimoniais ou contratos com efeito diluidor, logo, o lucro por ação diluído nos exercícios de 2021 e 2020 é igual ao lucro básico por ação informado acima.

14.4.3. Dividendos próprio por ação:

	2021	2020
Dividendos a distribuir (a)	766	1.158
Quantidade de ações, em milhares (b)	62.158	51.000
Dividendo por ação (a/b)	0.0123	0.0227

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

O negócio da Companhia compreende comercialização de energia para venda a grandes consumidores e comercializadoras (mercado livre). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros aproximavam-se dos valores contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	Nível	2021	2020
Ativos financeiros			
Avaliados ao custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	1	51.690	70.338
Contas a receber (Nota 8)	1	120.100	92.959
		171.790	163.297
Avaliados ao valor justo por meio do resultado			
Contratos futuros de energia (Nota 12)	2	612.107	128.436
		612.107	128.436
		783.897	291.733

Passivos financeiros

	Nível	2021	2020
Avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 14.3)	2	4.411	39.270
		4.411	39.270
Avaliados ao valor justo por meio do resultado			
Contratos futuros de energia (Nota 12)	2	620.316	149.880
		620.316	149.880
		624.727	189.150

A divulgação das mensurações do valor justo dos ativos avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes segue a seguinte hierarquia de mensuração: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **Nível 2** - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços); **Nível 3** - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis). **15.1. Vencimento dos passivos:** As tabelas abaixo apresentam os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes aos exercícios remanescentes no balanço patrimonial, até a data contratual de vencimento.

		Vencimentos	
		2022	Total
Em 31 de dezembro de 2021			
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 15.4)		4.411	4.411
		4.411	4.411
		Vencimentos	
		2021	2022
			Total
Em 31 de dezembro de 2020			
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 15.4)		36.148	39.270
		36.148	39.270

15.2. Risco de taxa de câmbio: A Companhia tem exposição em seu resultado operacional decorrente de contratos de venda de energia vinculados à taxa do dólar. Esta exposição é mitigada por meio de operações de hedge, conforme Nota 15.4. **15.3. Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade de

a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento. Além disso, os instrumentos financeiros derivativos e as aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição a risco de crédito de contrapartes e emissores financeiros. A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação em uma das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*, sendo *rating* nacional igual ou melhor que A (ou A2), ou *rating* em escala global igual ou melhor que BBB - (ou Baa3). Para casos cujos emissores não atendem as classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, são aplicados, como alternativa, critérios aprovados pela Diretoria. Em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia entende que não existem situações de exposição de risco de créditos que pudessem afetar, de forma significativa, suas operações e resultados futuros. **15.3.1 Qualidade de crédito dos ativos financeiros:** A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixa.

	Rating local	
	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa		
AAA	51.655	70.297
AA	35	41
	51.690	70.338

Os ratings decorrentes de classificação local e global foram extraídos de agências de rating (Standard&Poor's ("S&P"), Moody's, e Fitch Ratings). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura das agências. **15.4. Instrumentos financeiros derivativos: 15.4.1. Política contábil: A**

15.4.3. Composição:

Programas	Valor Principal 2021	Valor Principal 2020	Unidade	Valor justo em 31 de dezembro de 2020	Impacto no resultado operacional	Δ Valor justo resultados abrangentes	Outros resultados abrangentes	Perda realizada	Valor justo em 31 de dezembro de 2021
Hedge de operações de venda de energia									
Non Deliverable Forward	4.000	48.000	USD Milhares	(39.270)	(43.757)	35.785	(42.831)	(4.411)	
	4.000	48.000		(39.270)	(43.757)	35.785	(42.831)	(4.411)	

15.5. Valorização dos instrumentos financeiros: Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2021 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos não difere dos valores demonstrados no balanço patrimonial da Companhia. **b) Contas a receber:** Energia Livre e Energia de Curto Prazo; estes créditos decorrem basicamente de energia livre durante o período de racionamento e transações realizadas no âmbito da atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e foram registrados e valorizados com base nas informações disponibilizadas, baseados nos preços vigentes durante o ano na CCEE. Não houve transações relacionadas com estes créditos ou débitos que pudessem afetar sua classificação e valorização na data destas demonstrações financeiras. **c) Instrumentos financeiros derivativos:** O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado mediante o cálculo do seu valor presente através de curvas de rentabilidade nas datas de encerramento. As curvas e preços utilizados no cálculo para cada grupo de instrumentos são desenvolvidos com base em dados da B3, Banco Central do Brasil e Bloomberg, interpolados entre os vencimentos disponíveis. O valor presente dos contratos a termo (NDF) é estimado descontando-se o valor nominal multiplicado pela diferença entre o preço futuro na data de referência e o preço contratado. **d) Contratos futuros de energia:** A Companhia realiza operações de compra e venda de energia, que são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros e são reconhecidos no balanço patrimonial pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e reavaliadas a valor justo na data do balanço. **15.6. Demonstrativo da análise de sensibilidade:** Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em caixa e equivalentes de caixa, contratos futuros de energia, e instrumentos financeiros derivativos são a exposição à flutuação do dólar, das taxas de juros CDI e preços futuros de energia. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas, seguindo as políticas financeiras da Companhia. Os cenários em 31 de dezembro de 2021 são os seguintes: **Cenário I** - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2021, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2022; **Cenário II** - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2021; **Cenário III** - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2021.

Fatores de risco	Caixa e equivalentes de caixa	Principal de instrumentos financeiros derivativos	Contratos futuros de energia	Unidade	Impactos no resultado					
					Cenário I		Cenários II & III			
					Choque nas curvas de 31/12/2021	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros BRL-CDI	51.615	22.322	-	BRL milhares	191 bps	(2.354)	(1.298)	(2.597)	1.298	2.597
Taxas de câmbio Dólar americano	-	4.000	-	USD milhares	-1,44%	320	5.579	11.157	(5.579)	(11.157)
MTM de energia elétrica Valor justo	-	-	8.209	BRL milhares	-	(8.209)	(22.178)	(36.148)	5.761	19.731

16. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia mantém em vigor apólices de responsabilidade civil dos executivos e diretores, além de cobertura de seguros de riscos patrimoniais e responsabilidade civil geral. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites, considerados pela Administração adequados aos riscos inerentes da operação.

DIRETORIA		CONTADOR	
Mario Antonio Bertoncini	Marcelo Antonio de Jesus	Rafael Reva - Contador - CRC 053.271/O-0 "SP"	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **Cesp Comercializadora de Energia S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Cesp Comercializadora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cesp Comercializadora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Partes relacionadas:** Chamamos a atenção para a nota explicativa 10 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Desta forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressaltada em relação a este assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão

livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de abril de 2022

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça

Contador CRC 1SP196994/O-2

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>

